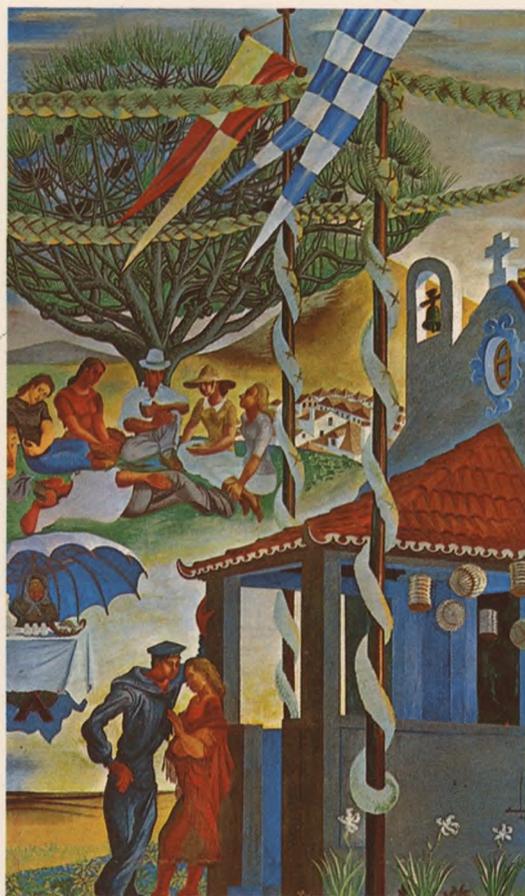


O SAGRADO E O PROFANO

HOMENAGEM A J. S. DA SILVA DIAS



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1987

Recensões

José M. Amado Mendes, *A História como Ciência*, Coimbra, Coimbra Editora, 1987, 268 pp.

1. Ao iniciar esta recensão ocorrem-me duas pequenas «estórias».

Uma delas passou-se no Brasil, onde fui proferir algumas conferências. Após ter realizado uma delas, um dos ouvintes — português, formado em Direito, por uma Universidade francesa (segundo julgo) —, no fim de simpáticos cumprimentos e felicitações, pediu-me que lhe enviasse uma das minhas «sebentas». Confesso que fiquei um pouco chocado com a utilização da palavra «sebenta», se bem que verificasse claramente que o meu interlocutor não a aplicou com qualquer sentido pejorativo, querendo obviamente referir-se apenas a um livro que conteria a síntese das minhas lições. Agradei o seu interesse, acrescentando que não tinha nenhuma «sebenta», mas que lhe enviaria um livro que havia escrito sobre o tema abordado.

A segunda «estória» reporta-se à minha experiência de professor e é afinal uma das muitas pitorescas «estórias» que qualquer pedagogo pode contar. Foi, todavia, passada recentemente e, por isso, está fresca na minha memória. Abordando, num ponto de exame de Teoria da História, o complexo problema das relações entre a História e a Ideologia, uma aluna, referindo-se às interpretações apresentadas pelos historiadores acerca do fenómeno da nossa Restauração e concretamente a uma interpretação integralista (tema que abordei na Introdução do meu livro *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*), citou o «historiador Mangode» (*sic*)! Apesar do meu espanto, não me foi difícil, pelo contexto, identificar o referido historiador como Moneada — Luís Cabral Moneada — que, em 1927, proferiu em Coimbra uma significativa conferência sobre a Restauração.

2. Estas duas «estórias» são, evidentemente, um pretexto para reflectir sobre uma primeira questão, que me parece muito importante e que é abordada por Amado Mendes na sua *Mota Prévía* — o, valor e a utilidade do manual. Será pedagógica e cientificamente correcta a existência de um compêndio no âmbito do ensino universitário? — é este o problema de fundo.

Fazendo um pouco de história, recorda-se que o manual apareceu como uma inovação por altura da Reforma Pombalina da Universidade, verificando-se a partir de então um grande esforço no sentido de que os professores publicassem

os seus compêndios. Todavia, nem sempre se levou à prática esta intenção e, assim, o manual elaborado pelo professor com a síntese das suas lições deu muitas vezes lugar a apontamentos compilados por estudantes, embora nalguns casos corrigidos pelo professor, sem grande rigor e até com uma aparência descuidada. É assim que surge a «sebenta» (como se chamava, em gíria), usada pelos estudantes no século XIX e que por eles foi ridicularizada com o respectivo «centenário», réplica jocosa aos centenários da ideologia positivista.

Desta forma, começou a haver um certo pudor dos professores universitários portugueses em publicar as suas lições, até porque a «sebenta» era entendida correntemente como um «saber acabado» que o docente obrigava a memorizar, identificando-se, assim, na literatura académica, ensino «sebenteiro» com ensino pouco criativo. E houve a ideia, mormente no ensino ministrado nas Faculdades de Letras, de que a «consulta» e o contacto directo com as fontes — nem sempre concretizado diga-se em abono da verdade — substitui com vantagem o compêndio. E nem mesmo o aparecimento em França, que tanta influência tem na nossa consciência cultural, de obras de síntese de objectivos essencialmente pedagógicos, de um modo geral muito bem elaboradas, como as que constituem, no domínio da História, a colecção «Clio», da P.U.F., ou a colecção «U», da editora A. Colin, alteraram profundamente o quadro.

Este problema é também sentido por Amado Mendes ao lançar este livro. Por isso escrevia na referida *Nota Prévia*: «Este trabalho não é, nem pretende ser, uma sebenta, no sentido académico, tradicional, do termo. De facto, ele não esgota o programa [da disciplina de Introdução à História] nem, tão pouco, será suficiente para preparar, de forma consciente e cabal, a respectiva cadeira. Pretende-se, ao invés, que seja apenas *um guia* — a substituir, com vantagens óbvias, certos «apontamentos» tomados nas aulas, por vezes mecanicamente e com vários lapsos ou lacunas —, não só quanto ao *programa*, como também quanto à *bibliografia* mais adequada à sua preparação» (p. VII).

Portanto, Amado Mendes procura apresentar «um guia», em substituição dos «apontamentos» cheios de incorrecções — os tais que permitiram à minha aluna referir-se ao «historiador Mangode» — ou da tradicional «sebenta» que fazia crer aos alunos (por culpa do professor?) que estavam perante um «saber completo». Deve dizer-se, acima de tudo, que estamos perante um acto corajoso, próprio de um pedagogo como o é Amado Mendes. E podemos também desde já

Recensões

acrescentar que a sua obra é das poucas que em Portugal se tem publicado sobre matéria tão complexa. Também eu, como Amado Mendes, entendo que é da maior utilidade para o professor e para os alunos a elaboração de «um guia» ou de «uma obra de síntese» relativa à cadeira leccionada (de resto, há muito que penso numa obra idêntica para a cadeira de Teoria da História); o que me poderei interrogar é se a forma como Amado Mendes elaborou esse «guia» é a mais adequada, de um ponto de vista científico e pedagógico-didáctico.

Segundo o meu modo de ver, uma obra deste tipo não deve ter, por contraditório que pareça, a forma de «um compêndio». Quero com isto dizer que não deve aparentar ter «tudo», de maneira que o estudante, apesar das indicações que se dão em contrário (e que Amado Mendes, como se viu, não esqueceu), se limite apenas à sua leitura, em certos casos em termos de mera memorização. Não deve, por outro lado e completando a ideia anterior, ter uma forma especificamente «didactista», dividindo-se exaustivamente em títulos e subtítulos muito abundantes e demasiado sistematizadores. Em conclusão, um livro deste tipo deve ter antes o carácter de uma reflexão corrida sobre os temas, que levante problemas e insinue reflexões posteriores. Deve ter o sentido de uma abordagem pessoal do professor sobre a matéria — que induza o aluno à sua própria abordagem — e o menos possível constituir um discurso ordenado (meticuloso e exageradamente ordenado) que seja uma sùmula de obras consultadas. Terá sido o que sucedeu com a obra de Amado Mendes?

Responderei que sim, mas não sem algumas reticências que se projectaram no meu espírito à medida que ia lendo com o maior interesse o seu livro. Não chamou à obra «Introdução à História», mas sim «A História como Ciência», o que já é indicador de um programa pessoal — entender a História numa perspectiva «científica», ultrapassando a ideia de que ela não pode ser entendida como uma «ciência» (Paul Veyne, por exemplo). No entanto, apesar de Amado Mendes ir apresentando ao longo do livro as suas reflexões pessoais para «provar» esse carácter «científico», o certo é que nunca a obra se consegue desembaraçar, com suficiente à vontade, de um certo «didactismo», com citações constantes, com uma ânsia exagerada de «definir» e com tipologias várias, por vezes demasiado formais, complicadas e pouco eficazes no plano prático.

Todavia, a análise da temática proposta é bem organizada e possui uma sequência lógica, tendo em conta os objectivos pedagógicos do autor. Tratando-se de «um guia» para «introduzir» o aluno universitário — e não só — no âmbito da metodologia e da problemática da História, julgo que conseguirá, no essencial, cobrir essa finalidade teórico-prática. Inicia-se com uma Introdução (pp. 3ss.), onde é analisada a natureza e a evolução da ciência histórica. Aqui deveria, porém, ter equacionado de forma mais directa a questão — será a História uma Ciência? — analisando então, o que só fez quase no fim da obra e de forma pouco desenvolvida (pp. 206 ss.), a tese «provocadora» de Veyne. De seguida abordou a questão da evolução do «processus» histórico (talvez a palavra latina fosse escusada), desde a fase pré-científica aos *Annales* e à «Nova História» e à «Nova História Económica» (cap. I, pp. 25 ss.). No cap. II, intitulado «Fontes Históricas» (pp. 85 ss.) não se limita somente a classificá-las, mas também apresenta noções básicas sobre a sua preservação e o trabalho de crítica. A «Metodologia» é o título do cap. III (pp. 141 ss.), que talvez devesse merecer uma designação mais ampla pois, para além da metodologia, analisa um conjunto de conceitos básicos que fazem hoje parte do vocabulário e da problemática da História. Mas a problematização e a teorização são temas específicos do capítulo seguinte com que remata a obra (pp. 181 ss.), dado que a Conclusão nos referencia apenas algumas questões básicas que lhe foram sugeridas pela análise efectuada, sem propriamente se interrogar sobre alguns problemas que terão ficado em suspenso (pp. 217 ss.) Finalmente, surge uma Bibliografia que me parece, no geral, muito actualizada. Creio, no entanto, que em vez de a apresentar sob a forma de conjuntos de obras que apoiaram a elaboração do texto, capítulo a capítulo, repetindo inclusivamente alguns títulos, a deveria ter organizado por temas, que orientariam melhor o leitor e, sobretudo, o estudante que se inicia na aprendizagem da História.

3. Uma obra deste tipo não pode, evidentemente, analisar os problemas em profundidade. No entanto, na forma questionadora que deverá assumir, tem de haver certas abordagens que não dêem a sensação de superficialidade e que, ao contrário, criem no leitor a ideia de que está perante questões complexas sobre as quais terá de reflectir aturadamente. Sem pretender de modo algum pôr em causa o interesse da exposição, salientarei, todavia, um ou outro ponto

Recensões

que me pareceu apresentado com menos correcção ou de forma mais incompleta.

3.1. Um aspecto que gostaria de frisar, antes de mais, é a referência ligeira à historiografia portuguesa ou à teoria da História, que não conheceu senão citações ocasionais e de pouco significado. É como se em Portugal não se tivesse verificado também o esboço de um movimento renovador da História. E mesmo que se considere que, na verdade, não há uma teorização original sobre a História, esse facto não deveria deixar de ser salientado, pelo menos de forma questionadora.

Com efeito, na evolução do «processus» histórico, poderia ter utilizado alguns exemplos portugueses, referindo-se: ao papel desempenhado por Fernão Lopes para a formação de uma historiografia «metódica» e ao significado «político» da cronicografia portuguesa que com ele começa; ao providencialismo e ao «nacionalismo» historiográfico de sentido «planetário» da nossa historiografia dos séculos XVI e XVII; à importância de alguns dos nossos beneditinos para o aperfeiçoamento do método histórico; à história institucional que mereceu o interesse dos nossos «iluministas», nomeadamente de Pascoal de Melo, e à significativa importância conferida à História no âmbito da Reforma Pombalina; às considerações de Herculano (que, todavia, ainda refere mas de forma pouco desenvolvida), mormente nas suas *Cartas sobre a História de Portugal*, que apontam para uma «nova» concepção de História, e ao significado da sua historiografia; ao sentido «social» e normativo que Oliveira Martins confere à História; ao sociologismo historiográfico do positivismo de Teófilo Braga; ao idealismo de renovação histórica de Fidelino de Figueiredo; ao significado do surto «nacionalista», de diversos matices, da historiografia e das concepções históricas dos começos do século XX que vão preparar o despontar de uma historiografia «de regime»; ao significado da persistência de uma historiografia «positivista» de âmbito essencialmente universitário; ao aparecimento (tardio) de novas intenções historiográficas a partir dos anos 50... É justo dizer-se que alguns destes pontos foram assinalados, mas de modo disperso e pouco enfático. Não pretendia ver na obra de Amado Mendes um ensaio de história da história portuguesa — empresa que já planeei levar a efeito no âmbito dos meus estudos de Teoria da História e que talvez não ultrapasse a dimensão de um projecto — mas parece-me que num livro que procura guiar os estudantes numa reflexão introdutória sobre a História não poderá deixar de haver referências insinuas à

realidade historiográfica portuguesa. Isto sob pena de os nossos alunos falarem constantemente, e ainda bem, em Bloch, Fèbvre ou Braudel — embora muitas vezes de forma mecânica — e não conhecerem, o que é mau, os esforços de renovação, porventura mais humildes mas nossos, da historiografia portuguesa. Aliás não deixa de ser estranho também que, entre os trabalhos constantes na Bibliografia relativos à nossa historiografia, que serviram de base à redacção dos capítulos e que são «expressamente citados ou referidos» no texto do livro, apenas apareçam muito poucos e todos eles situados na área de história económica e social, como também não deixa de me surpreender que a obra metodológica mais citada por Amado Mendes seja um estudo de concepção «metódica», apontado para uma reflexão «idealista», «nacionalista» e «católica» de História, que se situa no princípio da década de 50 (refiro-me à obra de A. da Silva Rego, *Noções de Metodologia e Crítica Históricas*, 1.^a edição, Lisboa, Gabinete de Estudos Ultramarinos - Centro Universitário de Lisboa, 1951) e que não tenham sido objecto de reflexão mais profunda os ensaios de Magalhães Godinho «Sobre Teoria da História e Historiografia».

3.2. Também na análise do «processus» histórico verifica-se no discurso de Amado Mendes uma falta de dimensão «social» dos problemas e um tratamento essencialmente «idealista» (embora não assumido). Com efeito, refere-se ao «nacionalismo» do Renascimento, à «filosofia da História» do Iluminismo, à concepção «romântica» da História, à «História Nova», mas não aborda com suficiente ênfase a perspectiva «social» destes movimentos. Assim, não toca directamente na questão do processo de formação dos Estados e a tomada de consciência do «político» que é mais importante na historiografia dos séculos XV e XVI do que a ainda difusa concepção «nacionalista», que é na verdade um conceito fundamental — como nos diz — no século XIX. Não é salientada com suficiente força a importância social da burguesia nas concepções do «absolutismo esclarecido», o que gera uma ideologia sócio-política muito relevante, patente na historiografia iluminista e que, de alguma forma, é responsável pela viragem da concepção histórica (cfr. o célebre opúsculo de Voltaire, de 1744, *Nouvelles Considerations sur l'Histoire*, que de resto Amado Mendes não cita). Não atribui a importância que seria de conceder ao liberalismo, nas suas várias posições e com os seus ideais e as suas lutas sociopolíticas, o que é fundamental para a compreensão do sentido da historiografia do século XIX (cfr. Michelet, Guizot ou Herculano). Não se

refere aos problemas económicos, sociais e políticos que em grande parte explicam a crise da «historiografia positivista», a sua contestação pelas novas correntes e o apelo a uma «História Nova»...

Talvez também por essa dimensão «idealista», Amado Mendes, na análise do referido «processus» histórico, não confere a importância que deveria conceder ao marxismo (e para isso não é necessário que se seja marxista ou mesmo «marxiano»). E não me refiro somente ao marxismo de Marx e Engels (seria fundamental citar, para além das obras que refere, a *Ideologia Alemã*), mas também ao marxismo de Gramsci, de Althusser, de Poulantzas ou mesmo ao marxismo historiográfico, bem diferente de caso para caso, de Christopher Hill ou Perry Anderson, de Vilar ou de Vovelle. E porque não o marxismo (agora contradito, segundo parece) de António José Saraiva, que tem, apesar de todas as críticas que lhe foram feitas, um significado especial na nossa historiografia depois dos anos 50, ou de Armando de Castro?

3.3. Num tempo em que a «História Nova» foi, por assim dizer, mitificada, é justo salientar que Amado Mendes, embora lhe atribuindo grande importância (o que é irrefutável, suponho), procurou também relativizar o seu significado, ao mesmo tempo que não deixou de valorizar os aporamentos da «escola metódica» (a tão atacada «história positivista»). No entanto, quando expõe os «erros» da «História Nova», não se refere (pelo menos com suficiente força) àquilo que é geralmente considerado o pior da herança da «História Nova» — mesmo pelos seus próprios cultores, em atitude de saudável exame de consciência —, isto é, a subalternização da «história política» e a transferência acrítica das experiências «novas» da historiografia para o campo do ensino (vide a minha apresentação, «Actualidade e actualização da história política», à obra de Rui Bebiano, *D. João V. Espectáculo e Poder*, Aveiro, Estante, 1987).

Por outro lado, na exposição de Amado Mendes não ficou claro que existem fases na «História Nova», o que é fundamental para a sua compreensão diacrónica, já que existem diferenças significativas entre Bloch e Braudel e entre estes e Veyne ou Ladurie. Além disso, embora tivesse citado a obra fundamental de Coutau-Bégarie (*Le phénomène «Nouvelle Histoire». Stratégie et idéologie des nouveaux historiens*, Paris, Economica, 1983), não analisou com a devida atenção o problema da «estratégia» e da «ideologia» da «Nova História». Aliás, a questão das relações entre História e Ideologia — que tem merecido reflexões teóricas fundamentais, ainda

que polémicas (cfr., por exemplo, Adam Schaff, *Histoire et Vérité*, Paris, Anthropos, 1971), e mesmo algumas análises de ordem «prática» (como é o caso de Marc Ferro, *Comment on raconte l'Histoire aux enfants*, traduzido para português com o título infeliz e sensacionalista, *Falsificações em História*), tendo também eu próprio abordado o assunto em artigos de análise concreta, alguns publicados e outros que se encontram no prelo — é praticamente escamoteada.

3.4. Outra questão que merece aqui ser especialmente destacada é a reflexão que Amado Mendes nos apresenta tendo em vista dar-nos uma noção do que consiste a «história total» (conceito, na verdade, discutível e ambíguo). Julgo que o seu discurso padece aqui do seu cuidado em subordinar-se às obras que vai citando, em vez de, descomplexadamente, apresentar a sua própria reflexão sobre este conceito essencial.

Na realidade, não fica claro no espírito do leitor que a ideia de «história total» supõe uma concepção «social» de História, a ideia de que um fenómeno tem de ser encarado numa perspectiva de «profundidade», ultrapassando a sua «aparência». É neste sentido que se forma a noção de «estrutura», entendida como «um todo» em que as diversas realidades estão presentes num «conjunto social», onde todavia não deixam de ter autonomia o «político», o «cultural», o «religioso», etc. Foi esta visão que, no fundo, quebrou com a oposição entre a «história parcelar» e a «história total», entre a «pequena história» e a «grande história», na medida em que qualquer fenómeno — seja um simples acontecimento ou uma individualidade — pode ser estudado numa perspectiva «total». O desenvolvimento destas e doutras reflexões deveria aparecer na análise sobre esta questão chave da «historiografia moderna», para que concorreu o marxismo, com a sua noção (discutível) de «modo de produção», a interdisciplinaridade ou a transdisciplinaridade, a importância conferida às ciências sociais e aos seus métodos de análise, o significado do avanço do estruturalismo, etc.

4. Ponto final nas críticas parcelares à obra de Amado Mendes, se bem que outras pudessem ainda ser feitas (por exemplo, a referência secundária na análise da metodologia histórica ao papel da Informática, se bem que cite — sem analisar as questões por ele colocadas — um recente e muito sugestivo texto de António Manuel Hespanha sobre o assunto, «História e sistema: interrogações à historiografia pós-moderna», in *Ler História*, 9, 1986, pp. 65-84). Haverá, com efeito, uma obra «de síntese» — como a que nos apresenta —

que possa *analisar* com a *profundidade* desejada os pontos *escolhidos* pelo autor, perante uma imensidade de questões que poderiam ser abordadas? Obviamente que não. Por isso desejo salientar que os problemas equacionados, mais do que críticas à obra de Amado Mendes, devem ser entendidos como interrogações que lhe são endereçadas e que ocupam igualmente e de forma constante a nossa consciência crítica.

O certo é que, apesar de algumas reticências que naturalmente podem surgir quando se analisa o «manual» de Amado Mendes — quer quanto à sua estrutura pedagógico-didáctica e científica, quer quanto a algumas análises pontuais — se trata de uma obra do maior interesse para os estudantes e para todos aqueles que desejam iniciar-se nos métodos e nos problemas que a História implica. O que é importante, todavia, é que o livro leve cada leitor a uma análise crítica do seu conteúdo e a questionamentos fundamentais. É esse, de resto — não tenho dúvida em o afirmar — o desejo do autor. Por isso estou certo que esta reflexão apenas servirá para enriquecer o nosso diálogo sobre o que é a História — ela será, na verdade, uma Ciência? E, se sim, que Ciência?

Luís Reis Tor gal

Ulrich Horst, *Die Diskussion um die Immaculata Conceptio im Dominikanerorden. Ein Beitrag zur Geschichte der theologischen Methode*. Veröffentlichungen des Grabmann-Institutes zur Erforschung der mittelalterlichen Theologie und Philosophie herausgegeben von Michael Schmaus, Werner Dettloff, Richard Heinzmann, Ulrich Horst. Neue Folge n.º 34. Ferdinand Schöningh, Paderborn - München - Wien - Zürich, 1987 XIX + 123 p.

Como diz o autor na introdução, são hoje cada vez mais raros os estudos sobre a historia da Mariologia. Para muitos teólogos dominicanos notáveis é a Imaculada Conceição um sinal de contradição. Segundo eles, tratava-se não duma disputa, como as que sucediam entre ordens e escolas rivais, mas de questões fundamentais acerca do método teológico exacto, e do papel e peso das autoridades clássicas. Isto explica a oposição apaixonada contra a *opinião nova*, a qual a conduzia finalmente a um isolamento com consequências trágicas. Ulrich Horst depois de referir as fontes (manuscritas e impressas) e a mais actualizada bibliografia apresenta uma